

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.434 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 2002

Lista do Executivo relaciona 67 matérias prioritárias

O presidente Fernando Henrique Cardoso deve enviar ao Congresso lista com 67 matérias que, por considerar prioritárias, espera ver aprovadas até o fim do ano. Entre as propostas relacionadas está a flexibilização da CLT e a prorrogação da CPMF até dezembro de 2004.

Para Fogaça, iniciativa é positiva e permitirá o debate

O senador José Fogaça considera positiva a iniciativa do governo de enviar ao Congresso relação de propostas para serem votadas ainda este ano. A iniciativa permitirá o debate e que “a oposição tenha a possibilidade de criticar e cobrar do governo se as prioridades não forem cumpridas”.

PÁGINA 2



Geraldo Melo é autor do projeto que cria tarifa especial de energia elétrica para agricultura irrigada

Projeto garante energia mais barata para agricultura

PÁGINA 4



Romeu Tuma, presidente da CAS, deve colocar o projeto em votação no momento em que o parecer do relator estiver pronto

Flexibilização da CLT pode ser o primeiro tema polêmico do ano

Proposta do governo, que tramita em regime de urgência, sofre restrições da oposição e de alguns senadores de outros partidos. Relator, Moreira Mendes, pedirá audiências públicas para debater o assunto e espera que a votação de seu parecer ocorra em março.



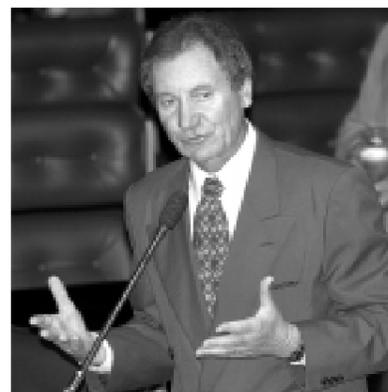
Moreira Mendes propõe debate sobre o assunto e diz que não haverá imposições

Moreira Mendes pede audiência pública antes de dar seu parecer



Para Freire, a proposta do governo não resolve a questão do desemprego

Roberto Freire considera mudança inoportuna e vai votar contra



Casildo Maldaner pede muito cuidado na análise do projeto de flexibilização

Maldaner teme prejuízos para trabalhador sem sindicato forte

PÁGINA 3

Jefferson cobra da Câmara decisão sobre sistema financeiro

PÁGINA 4

Lista do governo traz 67 matérias prioritárias

A Presidência da República deve enviar ao Congresso Nacional relação das propostas que espera ver aprovadas até o fim do ano. Entre os projetos está a flexibilização da CLT e a prorrogação da CPMF até dezembro de 2004

O presidente Fernando Henrique Cardoso deverá encaminhar ao Congresso Nacional, na abertura dos trabalhos, no próximo dia 15, lista com as propostas que o governo considera prioritárias e que gostaria de ver aprovadas pelo Legislativo até o final deste ano. A relação, que poderá ainda ser alterada pelo governo, contém 67 matérias.

As prioridades do Planalto incluem projetos de economia e finanças, regulamentação da reforma administrativa, inclusão social, meio ambiente, infra-estrutura e desenvolvimento, reforma política, Justiça, segurança pública e defesa nacional. Além disso, constam da lista projetos de votação compulsória, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Or-

çamento Geral da União para 2003, a serem executados pelo próximo governo.

As propostas de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de julho de 2002 para 31 de dezembro de 2004, a regulamentação do artigo 192 da Constituição, reestruturando o sistema financeiro nacional, e a proposta de flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ao lado da nova LDO e do Orçamento da União, são consideradas as mais importantes pelo Executivo.

A Presidência da República confere ainda prioridade à aprovação das contas anuais do presidente da República e das medidas provisórias já baixadas pelo Executivo.

José Fogaça considera positiva iniciativa do Poder Executivo

O senador José Fogaça (PPS-RS) considerou positiva a divulgação, pelo Executivo, de uma lista de projetos considerados prioritários. Segundo disse, o governo "tem o direito de dar a conhecer ao Parlamento suas intenções e seus objetivos", apresentando uma pauta com as matérias que considera importantes.

— É positivo. Os projetos são colocados em debate. E até a oposição, assim, tem a possibilidade de criticar e cobrar do governo se as prioridades não forem cumpridas.

Fogaça, no entanto, considera ainda incipientes algumas das propostas. Entre elas, apontou, está a reforma tributária.

O senador lembrou também que a proposta de emenda à Constituição que trata da regu-



Para Fogaça, lista permitirá que propostas sejam debatidas

lamentação do sistema financeiro nacional apenas permite a criação de leis complementares sobre o assunto. O mercado de capitais e as instituições financeiras públicas e privadas ainda ficarão à espera de nova regulamentação.

SEGURANÇA

Para Fogaça, o debate em torno da segurança pública — prioridade do Executivo e do Legislativo — ainda não chegou ao ponto principal, ou seja, a eficiência ou não do aparato de polícia do Estado. O senador pelo Rio Grande do Sul apontou para a inexistência de força política capaz de mudar o modelo institucional em vigor há 50 anos.

— A Polícia Militar e a Civil são instituições rígidas, imutáveis, que estão organizadas do mesmo modo há muito tempo.

PRINCIPAIS PROPOSTAS LISTADAS PELO PLANALTO

ECONOMIA E FINANÇAS

Propostas de emenda à Constituição

- Prorroga a vigência da CPMF até 31 de dezembro de 2004
- Uniformiza a legislação do ICMS para impedir a "guerra fiscal"
- Reestrutura o sistema financeiro nacional, fortalecendo o Banco Central

- Estabelece a reforma tributária, por tópicos
- Atualiza a Lei de Falências e Concordatas

Projetos de lei

- Regulamenta a paridade entre as contribuições das instituições públicas e dos servidores nas entidades de previdência complementar
- Cria o Fundo de Recuperação de Créditos e define métodos de prevenção e combate a fraudes na Previdência
- Isenta da CPMF os benefícios concedidos por programas de assistência social
- Institui o Conselho de Gestão Fiscal de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal
- Altera a nova Lei das Sociedades Anônimas no que se refere às práticas contábeis das empresas de capital aberto
- Define o destino das ações não reclamadas em sociedades de capital aberto

REFORMA ADMINISTRATIVA

Proposta de emenda à Constituição

- Estabelece a cobrança de contribuição dos inativos para a Previdência

Projetos de lei

- Descreve as condutas e as penas nos casos de corrupção de servidores públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais
- Estabelece limites para a remuneração, subsídio, proventos e pensões nos três Poderes e no Ministério Público
- Cria quadro de pessoal do INSS, prevendo 5 mil cargos
- Disciplina a perda do cargo público por insuficiência de desempenho
- Diversos projetos estabelecendo planos de carreira no Banco Central, nos Ministérios da Saúde e do Trabalho, no Ibama e em outros órgãos

INCLUSÃO SOCIAL

Projetos de lei

- Flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)
- Institui diretrizes para o saneamento básico
- Reduz a intervenção estatal nas relações de trabalho no meio rural
- Amplia os direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde
- Cria o Estatuto das Sociedades Indígenas

MEIO AMBIENTE

Proposta de emenda à Constituição

- Inclui o patrimônio genético (exceto o humano) no rol de bens da União

Projeto de lei

- Regulamenta a gestão administrativa e a organização institucional do sistema de recursos hídricos

REFORMA POLÍTICA

Proposta de emenda à Constituição

- Aprimora o conceito de fidelidade partidária

Projetos de lei

- Amplia o prazo de filiação partidária
- Altera a proporcionalidade dos partidos na Câmara
- Altera a sistemática da propaganda eleitoral

- Estabelece o financiamento público para campanhas eleitorais
- Altera os prazos de filiação partidária
- Institui as listas fechadas nas eleições proporcionais
- Veda o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional
- Proíbe coligações nas eleições proporcionais

JUSTIÇA, SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA NACIONAL

Proposta de emenda à Constituição

- Estabelece a reforma do Judiciário

Projetos de lei

- Altera a Lei de Execuções Penais, simplificando o rito processual criminal
- Altera o Código de Processo Penal, visando à recuperação do preso e sua reintegração social
- Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo
- Consolida a legislação sobre trânsito
- Consolida leis referentes aos estrangeiros
- Eleva as penas para os crimes financeiros
- Cria normas gerais de organização de efetivos e material e de convocação e mobilização das polícias militares e do corpo de bombeiros
- Altera a sistemática de investigação criminal
- Altera dispositivos relativos à prisão, medidas cautelares e liberdade previstos no Código de Processo Penal
- Altera conceitos de suspensão do processo e outros procedimentos previstos no Código de Processo Penal
- Altera os recursos e ações de impugnação previstos no Código de Processo Penal
- Promove alterações relativas às provas, conforme o disposto no Código de Processo Penal
- Muda a sistemática dos interrogatórios prevista no Código de Processo Penal
- Estabelece critérios para a organização do Tribunal do Júri
- Revoga legislações conflitantes ou revogadas tacitamente
- Altera o Código Penal de modo a torná-lo mais ágil e eficaz
- Estabelece normas gerais de organização e funcionamento das polícias civis
- Estabelece prazos e condições nos casos de inelegibilidade, suprimindo o trânsito em julgado de sentenças para o afastamento de candidaturas
- Estabelece critérios para efetivação da tutela antecipada, do procedimento sumário e da execução judicial e extrajudicial
- Diversos projetos definindo procedimentos de consolidação de leis federais

Projeto de decreto legislativo

- Aprova texto final da Convenção Interamericana contra a Corrupção

INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO

Projetos de lei

- Altera a aplicação de recursos no sistema de telecomunicações
- Exclui do ordenamento jurídico nacional as normas do setor de transportes
- Coíbe o uso comercial desleal de informações na área farmacêutica
- Reestrutura o setor elétrico
- Reorganiza o sistema nacional de correios
- Coíbe delitos contra o direito autoral e a propriedade intelectual (pirataria)
- Regula os direitos de propriedade intelectual de topografias de circuitos integrados

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
 1º Vice-Presidente: Edison Lobão
 2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
 1º Secretário: Carlos Wilson
 2º Secretário: Antero Paes de Barros
 3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
 Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
 Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
 Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 20º andar
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Freire adianta que o PPS votará contra

A flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho é inoportuna, na avaliação de Roberto Freire (PPS-PE), em razão da realidade econômica do país. Para ele, a proposta não resolve o desemprego nem reduzirá a informalidade no mercado de trabalho. “O projeto é inoportuno e não atinge os objetivos pretendidos; vamos votar contra.”



Roberto Freire considera o projeto do governo inoportuno

Freire lembra que países que adotaram flexibilizações semelhantes não obtiveram êxito, como a Argentina e a Espanha, onde cresceu o desemprego. O líder do PPS afirma que seu partido é favorável a uma discussão da CLT diante das mudanças na realidade atual do trabalho. Ele considera necessário pensar em propostas como contratos coletivos, mas reitera que o PPS é contra o projeto do Executivo. “Não é momento para mudança quando há preocupação com a crise e o desemprego.”

Maldaner pede muito cuidado no exame do projeto

O projeto de lei que flexibiliza as leis trabalhistas, já aprovado pela Câmara e tramitando em regime de urgência no Senado, deve ser encarado com muito cuidado, disse



Maldaner teme pelos trabalhadores sem sindicato forte

ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). De acordo com o senador, se por um lado o projeto desburocratiza as leis trabalhistas, podendo aumentar a oferta de empregos, por outro, direitos dos trabalhadores, adquiridos “em muitos anos de luta”, não devem ser descuidados.

A maior preocupação do senador é com os trabalhadores sem uma representação sindical forte. Segundo Casildo Maldaner, “não se pode deixar ao relento milhares de trabalhadores sem condições de negociar seus interesses com os patrões”.

Moreira Mendes defende amplo debate sobre flexibilização da CLT

Favorável à modernização das leis trabalhistas, relator da proposta do governo na CAS garante que “nada será impositivo” e anuncia pedido de realização de audiência pública sobre o assunto

O senador Moreira Mendes (PFL-RO), relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), afirmou ontem, em entrevista à Agência Senado, que ainda está estudando a matéria, mas já se convenceu da necessidade de a sociedade e o Legislativo enfrentarem a discussão do assunto com rapidez. Como a proposta está em regime de urgência – devendo tramitar em 45 dias –, o senador acredita que seu parecer poderá ser submetido a votação até o final do mês de março.

O projeto, originário do Executivo, foi aprovado no final do ano passado pela Câmara dos Deputados e consta da lista de prioridades enumeradas pelo governo para os trabalhos do Legislativo neste primeiro semestre. Entre as questões contidas no projeto que são consideradas passíveis de negociação estão a redução do salário, das férias e do repouso semanal e o parcelamento do décimo terceiro salário, entre outras.



Para Moreira Mendes, atraso da legislação tem gerado o crescimento do número de trabalhadores na informalidade

– O projeto é polêmico, mas precisa ser encarado com responsabilidade. Eu tenho uma posição conceitual já definida de que nós devemos modernizar a CLT, pois não é possível imaginar que o Brasil possa continuar, no atual mundo globalizado, com uma legislação trabalhista da época do bonde ou do carro de boi – observou o senador, ressaltando, no entanto, que isso não significa que o trabalhador terá seus direitos subtraídos.

– Isso não é verdade. O que o projeto faz é tentar adequar as leis à realidade atual, estabelecendo que aquilo que for acordado entre empregador e empregado prevaleça sobre o que está legislado – disse Moreira Mendes, lembrando que a matéria recebeu emenda na Câmara definindo também que todos os acordos trabalhistas devem passar pelos sindicatos.

O relator afirmou ainda que o descompasso entre a legislação e

a realidade trabalhista é tão grande que os micro e pequenos empresários contratam cada vez menos, dado o excesso de burocracia e de obrigações a cumprir. Isso, acrescentou, tem gerado o crescimento do número de trabalhadores na informalidade.

Para o senador, a flexibilização da CLT, se aprovada, será relevante para a geração de novos empregos. Ao mesmo tempo, ele garantiu que as grandes conquistas do trabalhador serão preservadas.

– Não podemos esquecer, também, que aquilo que pode ser acordado nessa área é muito pouco, pois as questões fundamentais são garantidas pela Constituição.

O senador acrescentou que o assunto será amplamente discutido com as centrais sindicais, o Ministério do Trabalho, a Justiça trabalhista e outros interessados no assunto. Ele informou que apresentará requerimento para a realização de audiência pública já na primeira reunião da CAS. “Nada será impositivo”, assegurou.

Acordos não podem atingir o que está na Constituição

Salários – Poderão ser reduzidos, se houver acordo entre empregados e patrões, desde que a mudança seja do interesse dos dois lados. Férias – Poderão ser divididas ao longo do ano, exigindo também concordância dos empregados. O valor do adicional de férias – um terço a mais que o salário normal – não será alterado.

13º salário – A forma de pagamento poderá ser negociada, mas continua proibido reduzir seu valor, que é de um salário mensal bruto. Repouso semanal – Poderá ser negociado, pois a Constituição obriga o repouso semanal de preferência aos domingos.

Carga horária – Poderá ser negociada, mas a jornada

semanal de 44 horas não poderá ser aumentada.

Trabalho noturno – A remuneração do trabalho noturno, que recebe hoje adicional de 25%, poderá ter seu valor alterado, mediante acordo. Banco de horas – Poderá ser aumentado dos atuais 52 minutos e 30 segundos para 60 minutos.

Não poderão ser alterados o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a aposentadoria, o piso salarial, o seguro-desemprego, a remuneração do serviço extra (50% sobre a hora normal), a licença-maternidade, a estabilidade empregatícia das gestantes, a multa de 40% por despedida sem justa causa, a estabilidade sindical, o vale-transporte e o vale-alimentação.

Tuma diz que a proposta é uma das prioridades da CAS

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Romeu Tuma (PFL-SP), afirmou ontem que pretende colocar em votação o projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) “assim que o relator apresentar seu parecer”. Segundo o senador, neste momento, a proposta, já aprovada na Câmara dos Deputados, é uma das prioridades da sua comissão.

Romeu Tuma sugere que o Senado concentre seus esforços de votação de projetos até o final de junho, pois as eleições de outubro “inevitavelmente reduzirão o ritmo do Congresso”. Ele acredita que, no segundo semestre, a exemplo de outros anos eleitorais, os senadores definam períodos para votação concentrada, sendo liberados em outros períodos para se dedicar à campanha eleitoral nos estados.



Romeu Tuma colocará o projeto em votação no momento em que o parecer do relator estiver pronto

O projeto que flexibiliza a CLT tramita em regime de urgência no Senado, ou seja, deve ser votado em 45 dias. Ele será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), só devendo receber emendas na CCJ. A proposta será votada primeiro pelos senadores da CAS.

Jefferson cobra votação de PEC pela Câmara

Senador considera “um mistério” o desinteresse em decidir a respeito da emenda que permite legislar em etapas sobre o sistema financeiro. Segundo ele, não há empenho do governo nem pressão da oposição

Um mistério. Assim o senador Jefferson Péres (PDT-AM) considerou o fato de, três anos decorridos de sua aprovação pelo Senado, a Câmara dos Deputados ainda não ter votado a proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera o artigo 192, permitindo que a legislação sobre o sistema financeiro possa ser feita em etapas. Da forma como é hoje,



Jefferson apresentou substitutivo ao projeto de José Serra e obteve aprovação no Senado

uma mesma lei deve abordar a legislação referente ao Banco Central (BC), bancos privados, cooperativas de crédito, seguradoras e outros.

A matéria, apresentada pelo senador José Serra, atualmente licenciado — é ministro da Saúde e pré-candidato a presidente da República pelo PSDB —, foi relatada e bastante modificada no substitutivo apresentado por Jefferson. O senador disse que a aprovação da PEC abriria caminho para a reforma do sistema financeiro, dificultada pelo

artigo 192 da Constituição.

— A Constituição exige que coisas tão heterogêneas como essas sejam reguladas por uma só lei, que assim deverá ser ampla, enorme, gigantesca, abordando todo o sistema financeiro. Por isso hoje, 13 anos depois de promulgada a Constituição, ainda não há a legislação — afirmou.

De acordo com Jefferson, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, prometeu colocar em votação a matéria, mas isso não ocorreu. A mesma promessa

foi feita pelo atual presidente, deputado Aécio Neves, que também ainda não a cumpriu, registrou o senador. Com pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da comissão especial da Câmara, que a analisaram, a PEC está pronta para ser votada desde agosto do ano passado.

Jefferson lembrou ainda que a matéria foi elogiada pelo ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, em seu discurso de despedida do cargo. Também o atual presidente do BC, Armínio Fraga, disse pessoalmente ao senador que é favorável à aprovação da proposta.

— Várias outras autoridades da área financeira do governo disseram que meu substitutivo é bom, mas misteriosamente não há empenho para que a matéria seja votada. Também parece que a oposição tem medo de sua aprovação, já que ela não pressiona para que a PEC seja votada — disse o senador.

CAE analisa tarifa especial de energia elétrica para agricultura

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar neste semestre projeto do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que cria tarifa especial de energia elétrica para a agricultura irrigada. Pela proposta, a distribuidora de eletricidade só poderá cobrar do produtor usuário da



Geraldo Melo salienta a importância da proposta para o Nordeste

irrigação o preço de custo de energia fornecida pela geradora, acrescido de, no máximo, 15%. A matéria

já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por unanimidade, e o senador prevê votação semelhante na CAE, “pois a medida não implica comprometimento das receitas das empresas distribuidoras”, acentuou.

O projeto prevê ainda que a mesma tarifa seja aplicada aos projetos de assentamento da reforma agrária e a todas as propriedades rurais de

até 10 hectares, “abrindo a possibilidade de incorporação ao mercado de energia elétrica de um grande número de novos consumidores, o que contribuirá para o faturamento das distribuidoras”, ressaltou.

Segundo Geraldo Melo, não há por que cogitar perda de receita, uma vez que maior perda está sendo verificada com a paralisação paulatina das atividades de irrigação em virtude dos elevados custos de produção. Ele acrescentou a importância da medida para o Nordeste, “que possui um solo propício, mas condições climáticas que comprometem a estabilidade da lavoura”.

Maldaner quer usar FGTS em educação

A notícia de que os trabalhadores poderão usar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para adquirir ações da Companhia Vale do Rio Doce mereceu críticas do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ontem. Ele lembrou que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de sua autoria que permite o saque do FGTS para pagamento de mensalidade escolar no ensino médio e superior.

O senador entende que a amplia-

ção do acesso à educação representa motivação mais importante para o trabalhador do que a permissão, consagrada em lei, para investir no “volátil mercado de capitais”. Para Maldaner, o melhor investimento que o país pode fazer ainda é em educação, daí pretender que sua proposta tenha tramitação rápida no Senado. Na justificativa do projeto, que também permite o pagamento de dívidas do programa de crédito educativo, o

senador argumenta que a educação reduz as desigualdades sociais e fortalece a capacidade produtiva das empresas e nações. Em sua opinião, só por esse aspecto já se justifica o emprego de maior volume de recursos na ampliação da escolaridade e no aprimoramento do ensino.

— Lamentavelmente, vários indicadores revelam as dificuldades de acesso ao ensino médio e à educação superior pela maioria da população brasileira — observa.

Maguito propõe que produtor seja ouvido sobre importações

A definição da política de importação de produtos agrícolas para garantir o suprimento do mercado interno brasileiro deve ser previamente discutida com os produtores nacionais, entende o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que se preocupa,



Maguito quer transparência no processo de importação de produtos agrícolas

principalmente, com os produtores de leite, alho, cebola e feijão.

Para permitir a participação dos produtores na definição da política de importação de alimentos, o senador apresentou projeto que altera a Lei Agrícola. A matéria se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aguardando decisão terminativa.

Pela proposta, as importações de produtos agrícolas cujo volume possa satisfazer à demanda interna passam a depender de aprovação do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), composto

por integrantes dos ministérios da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, do Banco do Brasil e da Confederação Nacional da Agricultura.

Maguito entende que a política de importação a ser definida pelo Brasil deve, inclusive, levar

em conta as práticas protecionistas adotadas pela maioria dos países desenvolvidos, objeto de demoradas discussões no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ao atribuir ao CNPA a responsabilidade de autorizar eventuais importações de produtos agrícolas, o senador busca “garantir a transparência das decisões envolvendo esse processo, bem como assegurar aos produtores brasileiros a possibilidade de que seus representantes sejam ouvidos quando do estabelecimento das políticas de comercialização”.

Jucá sugere região integrada para Amazonas e Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou projeto criando a Região Integrada de Desenvolvimento do Amazonas e de Roraima (RIARR). A intenção, explica o senador, é diminuir as desigualdades socioeconômicas observadas na área entre Manaus e Boa Vista. Isso seria feito, conforme Jucá, por meio de ações que desenvolvam as atividades econômicas locais, a criação de serviços de infra-estrutura e a geração de empregos.

Além disso, o projeto prevê a instituição de programa especial de desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia Ocidental, com competência de instituir normas para a unificação de procedimentos relacionados aos serviços públicos, especialmente no que se refere a tarifas, fretes e seguros; e para a definição de linhas de crédito, isenções e incentivos fiscais.



Romero Jucá pretende diminuir as desigualdades na área entre Manaus e Boa Vista

— A proposição é oportuna na medida em que vem se modificando o conceito de desenvolvimento regional, para incluir nessa expressão regiões menos favorecidas, carentes de intervenção pública, de potencial para a agroindústria, mineração e exploração do turismo — justifica Romero Jucá.